


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Maria Eduarda de Melo Silva

**O GRAU DE CONHECIMENTO DO CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS
AGULHAS NEGRAS NA ÁREA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COMO
FATOR RELEVANTE À MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

**Resende
2021**

	APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOCTRINA NA AMAN	AMAN 2021
---	--	----------------------

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO:
AUTOR:

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.

Resende-RJ, ____ de _____ de 2021.

Cad MARIA EDUARDA DE MELO SILVA

Maria Eduarda de Melo Silva

**O GRAU DE CONHECIMENTO DO CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS
AGULHAS NEGRAS NA ÁREA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COMO
FATOR RELEVANTE À MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Cel Randal Magnani

Resende
2021

Maria Eduarda de Melo Silva

**O GRAU DE CONHECIMENTO DO CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS
AGULHAS NEGRAS NA ÁREA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COMO
FATOR RELEVANTE À MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Ciências Militares, da Academia Militar das
Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito
parcial para obtenção do título de **Bacharel em
Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2021:

Banca examinadora:

Randal Magnani, Cel.
(Presidente/Orientador)

Rafael Pinto dos Santos, Cel.

Jesus Alexsandro Alves Rosa, Cel.

Resende
2021

Dedico este trabalho a todos que acreditam na Ciência, com fé e veemência. Àqueles que se prestam à nobre e interminável missão de se construir conhecimento, por meio do qual se vislumbra alcançar o aprimoramento das relações sociais e a constante melhoria da qualidade de vida da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, responsável por fortalecer a minha fé, por meio da qual foi possível persistir às dificuldades existentes nesta longa e honrada jornada para se tornar uma oficial combatente do Exército Brasileiro.

Aos meus familiares e amigos, os quais sempre se dispuseram ao meu favor, concedendo-me todo o apoio e suporte necessários para a realização deste trabalho. Destaco, em especial, o companheirismo e espírito de corpo dos meus irmãos de farda, sem os quais jamais conseguiria atingir os objetivos da formação acadêmica. “Quem estará nas trincheiras ao teu lado? -E isso importa? -Mais do que a própria guerra.” (HEMINGWAY; LOBATO, 1954).

Agradeço, principalmente, a todos os professores e instrutores que tive até então, sobretudo meu orientador, os quais me transmitiram valores e ensinamentos imensuráveis, moldando meu caráter e meu perfil estudantil.

RESUMO

O GRAU DE CONHECIMENTO DO CADETE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS NA ÁREA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL COMO FATOR RELEVANTE À MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

AUTOR: Maria Eduarda de Melo Silva

ORIENTADOR: Cel Randal Magnani

A identificação dos atores envolvidos na produção da segurança internacional é um debate de extrema relevância para as Forças Armadas do Brasil, sobretudo na conjuntura atual, em que as relações são pautadas sob o contexto da globalização. Considerando que o emprego do Exército Brasileiro na defesa dos interesses nacionais é imprescindível para contribuição da convivência pacífica do país na comunidade internacional, as interações transnacionais revestem-se de maior importância na medida em que alargam as atribuições e responsabilidades dos líderes militares, os quais devem estar conscientes de seu papel no âmbito nacional, parte de um sistema internacional complexo e influente. Nessa perspectiva, a presente monografia teve como objetivo verificar o grau de importância que o tema de segurança internacional possui para o oficial combatente do Exército Brasileiro, buscando avaliar, em seu período de formação, realizado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o envolvimento do cadete com assuntos correlatos à segurança internacional. Procurou-se, para esse fim, verificar o grau de conhecimento do cadete da AMAN por meio de análises de sua grade curricular e questionários relativos ao assunto em questão, feitos aos cadetes do 3º e 4º anos do ano de 2020. Como resultado expressivo, constatou-se que a maioria dos cadetes respondentes, os quais já travaram contato com as disciplinas de Relações Internacionais, Ética Profissional Militar e Geopolítica, ainda não se sentem capacitados para identificar e discorrer acerca dos principais desafios impostos ao Exército no que tange à nova ordem internacional multipolar. A presente pesquisa teve por finalidade destacar a importância do domínio da área de segurança internacional para o oficial combatente, tendo em vista a necessidade de identificar as ameaças que surgiram com a nova conjuntura mundial, as quais impactam no preparo e emprego das Forças Armadas. Vislumbra-se, dessa forma, intensificar os estudos acadêmicos nas disciplinas supracitadas, para agregar capacidades à formação dos futuros oficiais combatentes, os quais poderão propagar seus conhecimentos aos subordinados e agir conforme as atuais demandas de defesa impostas ao Exército, os quais incluem a forte influência da ordem internacional.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Segurança internacional. Defesa. Oficial combatente.

ABSTRACT

THE KNOWLEDGE DEGREE OF THE CADET OF AGULHAS NEGRAS MILITARY ACADEMY ON THE INTERNATIONAL SECURITY AREA AS A RELEVANT FACTOR TO THE BRAZILIAN ARMY MISSION

AUTHOR: Maria Eduarda de Melo Silva

ADVISOR: Cel Randal Magnani

The identification of the actors involved in the production of international security is a debate of extreme relevance for the Brazilian Armed Forces, especially in the current conjuncture, in which relations are based in the context of globalization. Considering that the use of the Brazilian Army in the defense of national interests is essential to contribute to the peaceful coexistence of the country in the international community, the transnational interactions are of greater importance as they extend the attributions and responsibilities of military leaders, who must be aware of their role in the national level, part of a complex and influential international system. In this perspective, the present monograph aimed to verify the degree of importance that the theme of international security has for the combatant officer of the Brazilian Army, seeking to evaluate, in his period of training, held at the Military Academy of Agulhas Negras (AMAN), the involvement of the cadet with issues related to international security. For this purpose, the degree of knowledge of the AMAN cadet was assessed through analysis of their curriculum and questionnaires related to the subject in question, made to cadets of the 3rd and 4th years of the year of 2020. As an expressive result, it was found that the majority of the responding cadets, who have already had contact with the disciplines of International Relations, Military Professional Ethics and Geopolitics, still do not feel able to identify and discuss the main challenges imposed on the Army with regard to the new multipolar international order. The present research aimed to highlight the importance of mastering the area of international security for the combatant officer, in view of the need to identify the threats that have arisen with the new global conjuncture, which impact on the preparation and use of the Armed Forces. Thus, it is envisaged to intensify academic studies in the above-mentioned disciplines, in order to add capacities to the education of future combatant officers, who will be able to spread their knowledge to subordinates and act according to the current defense demands imposed on the Army, which include the strong influence of the international order.

Keywords: International Relations. International Security. Defense. Combatant Officer.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico referente à pergunta 1	25
Figura 2 – Gráfico referente à pergunta 2	26
Figura 3 – Gráfico referente à pergunta 3	27
Figura 4 – Gráfico referente à pergunta 4	28
Figura 5 – Gráfico referente à pergunta 5	28
Figura 6 – Gráfico referente à pergunta 6	29
Figura 7 – Gráfico referente à pergunta 7	39
Figura 8 – Gráfico referente à pergunta 8	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
EPM	Ética Profissional Militar
UNEF-1	Força de Emergência das Nações Unidas
IPC	Iniciação à Pesquisa Científica
ONU	Organização das Nações Unidas
PLADIS	Planos de Disciplina
RI	Relações Internacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo geral	12
1.1.2	Objetivos específicos	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	A MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	14
2.1.1	A Segurança Internacional e sua interdependência	16
2.1.2	O Exército Brasileiro em Missões de Paz	18
2.1.3	A Segurança Internacional na Política de Defesa do Brasil	20
3	METODOLOGIA	22
3.1	TIPO DE MÉTODO	22
3.1.1	Hipotético-dedutivo	22
3.2	TIPO DE PESQUISA	23
3.2.1	Pesquisa exploratória	23
3.2.2	Pesquisa qualitativa	24
3.2.3	Pesquisa bibliográfico-documental	24
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32
	ANEXO A – PLADIS de Relações Internacionais e Defesa	34
	ANEXO B – PLADIS de Geopolítica	36
	ANEXO C – PLADIS de Ética Profissional Militar com ênfase na temática	
	Direitos Humanos	37
	APÊNDICE A – Gráficos elaborados durante a pesquisa	39

1 INTRODUÇÃO

O progressivo aprimoramento da tecnologia informacional no Século XXI tem intensificado cada vez mais as relações entre os Estados no mundo, sejam essas políticas, econômicas ou sociais. Tal realidade resulta em um cenário global de constante surgimento de novas demandas, fato que agrega aos atores da sociedade internacional maior necessidade de aprimorar-se profissionalmente, a fim de estar sempre a par de suas atribuições perante a nação e o mundo. O Livro Branco de Defesa Nacional trata a situação acima exposta da seguinte forma:

O fenômeno da globalização ampliou o acesso a avanços tecnológicos, favoreceu movimentos de pessoas, [...], mas também facilitou a disseminação de ameaças de naturezas distintas, como o terrorismo, o narcotráfico, o tráfico de armas, a pirataria, e pandemias, que põem à prova a capacidade do Estado. Crises econômico-financeiras, sociais, energéticas e ambientais podem ter reflexos para a paz e segurança em várias regiões do mundo. (BRASIL, 2016, p. 28).

Em se tratando dessa crescente intensificação de relações entre os Estados e em face às estratégias que regem essas relações, percebe-se que as Forças Armadas constituem-se como elemento-chave para a garantia da soberania de cada Estado e para a projeção de poder do mesmo. A soberania e a projeção de poder, por conseguinte, garantem o equilíbrio de interesses entre os Estados, na medida em que coloca cada ator da sociedade internacional como agente possuidor de direitos e deveres reconhecidos internacionalmente.

O Exército Brasileiro, acompanhando a evolução da atual conjuntura política mundial, tem sido frequentemente empregado em Operações de Paz, sob a égide de organismos internacionais, com o intuito de promover, manter ou consolidar a paz mundialmente. Esse gradativo emprego nos permite confirmar a ideia de que a atuação militar é fundamental para o estabelecimento do equilíbrio de interesses entre os Estados, o que gera a sensação de segurança para população mundial. Pode-se entender, então, que o Exército é um ator relevante para a produção da segurança internacional.

Conforme as interações transnacionais tornam-se mais frequentes e necessárias para a sustentabilidade do sistema internacional, surge a necessidade de se compreender o papel de cada elemento que atua no cenário internacional, buscando conhecimento acerca dos principais causadores de conflitos e sobre as demandas atuais relativas ao aperfeiçoamento profissional. A presente monografia partiu da hipótese de que a completa compreensão da missão do Exército por parte dos oficiais combatentes, correlaciona-se com a existência de um considerável entendimento sobre assuntos da área de Relações Internacionais (RI), sobretudo de segurança internacional, haja vista que o estabelecimento da segurança nacional sofre influências dos acontecimentos e questões que ultrapassam as fronteiras do país.

Tal hipótese fundamentou-se no fato de que o Exército Brasileiro é ator relevante para segurança internacional, haja vista que é empregado em missões de paz, além de possuir a

obrigatoriedade de agir conforme acordos e tratados internacionais que tenham sido incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, após aprovação do Congresso Nacional (BRASIL, 1988b). A partir dessa hipótese, a problemática sugerida pelo referido trabalho foi a de debater se o oficial combatente do Exército Brasileiro, durante seu período de formação, isto é, enquanto cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), é fomentado a adquirir conhecimentos relativos à área de RI, que o potencialize a entender as reverberações da dinâmica mundial para a missão do Exército.

Nesta perspectiva, a investigação da referida problemática pautou-se na avaliação da grade curricular do cadete, apontando quantas horas-aulas são destinadas para o aprendizado de assuntos correlatos à segurança internacional, bem como a realização de um questionário para verificar a percepção da importância que oficial combatente em formação tem sobre o tema.

A monografia não procurou encontrar uma resposta precisa e definitiva a esse questionamento, tendo em vista que se trata de um tema complexo, o qual apresenta inúmeras variáveis. Corroborando com essa ideia, o método utilizado para alcançar os objetivos foi o hipotético-dedutivo (ROESLER et al., 2019), o qual não considera que existe uma conclusão perfeita para a problemática, mas tem o intuito de aproximar-se o máximo possível da realidade existente.

A justificativa da pesquisa concentrou-se no fato de que é interessante para o Exército e para a sociedade que os líderes militares estejam cada vez mais conscientes do papel da instituição para o país e, principalmente, que se atenham às questões externas que influem diretamente em seu preparo e emprego. Buscando inteirar-se das relações e estratégias que movem a máquina internacional, será possível cumprir de forma adequada e eficaz a missão imposta pela Carta Magna.

Para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, a monografia está dividida em quatro tópicos de referencial teórico, os quais contemplam a missão constitucional do Exército Brasileiro e sua relação com a segurança internacional; a participação brasileira em missões de paz no exterior como ferramenta para a política externa brasileira; o conceito de segurança internacional interdependente à segurança nacional e a elaboração da política de defesa brasileira no novo ambiente estratégico e internacional do século XXI.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Verificar que o interesse do cadete da AMAN para entender a dinâmica das relações internacionais atuais, bem como seu grau de domínio em questões importantes para os oficiais combatentes, tem considerável relação com a missão do Exército Brasileiro, considerando a interdependência existente entre a segurança internacional e segurança nacional.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Entender os dispositivos constitucional, legal e institucional relacionados à missão do Exército Brasileiro (artigos 4º e 142 da CF/88; leis complementares e manuais: EB20-F-10.101 e MD 34-M-02);
- b) Estudar o conceito de segurança internacional, segundo autores e estudiosos do assunto em questão, salientando sua interdependência em relação à segurança nacional;
- c) Citar a crescente participação do Exército Brasileiro em operações de paz como fator que comprova a influência da conjuntura mundial na consecução da missão da Força;
- d) Compreender o conhecimento acerca da ordem mundial multipolar como estratégia indispensável para formulação de uma política de defesa nacional eficiente;
- e) Verificar, na grade curricular do cadete, quais matérias são destinadas a inseri-lo à atual realidade do papel do Exército para a nação brasileira e para a sociedade internacional;
- f) Entender a necessidade de haver um aprimoramento dos métodos de ensino relativos à área de Relações Internacionais, tendo como referência o conceito da educação holística, buscando estimular o cadete a ter um domínio sobre as questões intrínsecas às demandas internacionais atinentes à missão do Exército Brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa foi constituído por embasamentos constitucionais, legais e institucionais que versam sobre o papel do Exército Brasileiro, em todos os seus aspectos. Buscou-se, entretanto, destacar suas atribuições e atuações no âmbito internacional, bem como os reflexos disso para a estabilidade nacional.

Posto isso, foi possível compreender que a segurança internacional é fator importante para missão do Exército. Procurou-se, para essa compreensão, analisar o conceito de segurança internacional, segundo estudiosos do tema, os quais serão citados ao longo da pesquisa, bem como a participação do Exército em missões de paz como estratégia de fortalecimento da política externa brasileira e, por fim, a situação da segurança internacional como condição essencial para a elaboração da política de defesa do Brasil.

2.1 A MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A concepção da missão do Exército Brasileiro encontra respaldo, primordialmente, na Constituição Federal de 1988:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativas de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988a, Art. 142).

Percebe-se que, segundo a Constituição Federal, a missão do Exército, em uma perspectiva macro, é garantir a segurança do território nacional, o que, por sua vez, está condicionada a diversos fatores externos ao país. Alguns desses fatores podem ser identificados na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (LC 97/99), alterada pela LC 117/2004, que trata sobre a organização, o emprego e o preparo das Forças Armadas.

Um dos artigos da referida Lei discorre especificamente sobre as atribuições do Exército, apresentando, como atribuição subsidiária particular, que o Exército tem o dever de “cooperar com órgãos federais na repressão de delitos, de repercussão nacional ou internacional” (BRASIL, 2004, LC nº 97/99 alterada pela LC 117). Além disso, nesta mesma lei, é colocado que o Exército deve promover ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira, visando combater delitos transfronteiriços. A partir disso, depreende-se que, para garantir a segurança do território nacional, é necessário que o Exército se atenha, também, a questões que vão além das fronteiras do país.

Pode-se encontrar, ainda na LC 97/99, outras disposições relativas ao emprego do Exército Brasileiro, sendo uma delas relacionadas ao âmbito internacional, quando cita que “O emprego das Forças Armadas, [...], e na participação em operações de paz, é de responsabilidade

do Presidente da República” (BRASIL, 2004, LC nº 97/99). Isto é, tal dispositivo legal relaciona o emprego das Forças Armadas à cooperação dos Estados para segurança internacional, ao designar ao Presidente da República a missão de empregar as Forças Armadas em operações de paz; as quais, pelo Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa (BRASIL, 2013), são definidas como operações desencadeadas por organismos internacionais.

Fazendo um paralelo a esse artigo, temos no artigo 4º da Constituição Federal os princípios que norteiam as relações internacionais no Brasil e, dentre eles, está a igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 1988c). Para o cumprimento de todos esses princípios, percebe-se que a atuação militar é componente determinante e indispensável. Além disso, nesse dispositivo constitucional, é notório que o Brasil reconhece-se como membro de uma sociedade internacional, a qual deve agir mutuamente para o estabelecimento de uma paz internacional e, neste sentido, um dos maiores instrumentos são as Forças Armadas.

No manual que trata sobre as noções gerais relativas às características e finalidades do Exército Brasileiro, há a seguinte declaração:

O Exército Brasileiro, por meio dos elementos da Força Terrestre, é preparado, adestrado e empregado de acordo com as seguintes condicionantes gerais: [...] h) a conjuntura internacional e os compromissos assumidos, sempre de acordo com os interesses nacionais; [...] j) a constatação de que o País não está inteiramente livre de riscos e ameaças e que, apesar de conviver pacificamente com a comunidade internacional, pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente. (BRASIL, 2014, p. 2–3).

Ainda no referido manual, quando versa acerca do detalhamento da missão do Exército, pode-se destacar dois tópicos que evidenciam o importante papel da instituição para a segurança internacional, são os que se seguem: “manter o Exército apto a atuar como instrumento de dissuasão e de emprego do poder nacional e desenvolver a capacidade de projeção de poder, de forma a apoiar a inserção internacional do Brasil” (BRASIL, 2014, p. 3–3). Assim, entende-se que é dever do Exército desenvolver-se de forma a funcionar como ferramenta de apoio à política externa brasileira.

A política externa brasileira, por sua vez, apresenta-se como um campo de estudos que tem sido alvo de pesquisas acadêmicas (SALAMÓN; PINHEIRO, 2013), haja vista que seu desenvolvimento implica em uma forte projeção de poder de um país perante a comunidade internacional, sendo, então, um importante objetivo a ser seguido pelos países hodiernamente. Somado a isso, por se tratar de uma política que envolve a interação entre um Estado e outro(s), existe uma complexidade entre os elementos que podem vir a interferir nessas relações de poder, tal como encontrado no trecho de um artigo acadêmico: “Por sua vez, entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como

em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos.” (SALAMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

Nos tópicos que trazem as definições que compõem o conceito do Exército Brasileiro, segundo o referido manual, há a seguinte declaração:

O Exército desenvolve capacidades para atender a três requisitos simultaneamente, [...]: garantir a defesa do território; projetar poder a fim de assegurar, também, outros interesses vitais e atender às demandas da política exterior em favor da segurança, da paz internacional e da integração regional. (BRASIL, 2014, p. 3–9).

Diante dessa afirmação, é possível inferir que a segurança internacional encontra-se no escopo da missão do Exército Brasileiro, atribuindo às suas responsabilidades o dever de estar a par dos acontecimentos da política exterior que possam influenciar ou constituir-se como ameaça à segurança nacional.

2.1.1 A Segurança Internacional e sua interdependência

O estabelecimento de relações entre diferentes componentes do sistema internacional pode ser observado desde os séculos passados, especialmente no período das Grandes Navegações (a partir do século XV) – (SOUSA, 2020), quando países europeus buscavam, em outros territórios do mundo, obter novas rotas comerciais. Desde então, percebe-se que há uma forte tendência de associação entre os Estados, tendo em vista as vantagens vislumbradas: aumento de potencialidades e compensação de deficiências, sobretudo, de cunho econômico.

Essa integração entre os Estados foi progressiva ao longo dos anos, formando uma sociedade de Estados, isto é, uma sociedade internacional, cuja motivação transcende o viés econômico. Para compreender o conceito de segurança internacional, é necessário, portanto, entender outro conceito: o de sociedade internacional.

Segundo um dos teóricos das Relações Internacionais, Hedley Bull, em sua obra “A Sociedade Anárquica”, o autor faz a seguinte afirmação:

Existe uma ‘sociedade de estados’ (ou ‘sociedade internacional’) quando um grupo de estados [...] formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns. Se hoje os estados formam uma sociedade internacional [...] é porque, reconhecendo certos interesses comuns e talvez também certos valores comuns, eles se consideram vinculados a determinadas regras no seu inter-relacionamento, tais como a de respeitar a independência de cada um, honrar os acordos e limitar o uso recíproco da força. Ao mesmo tempo, cooperam para o funcionamento de instituições tais como a forma dos procedimentos do direito internacional, a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como os costumes e convenções de guerra. (BULL, 2002, p. 19).

Conforme essa linha de entendimento, existe uma sociedade internacional composta por Estados que se relacionam segundo interesses e valores comuns. Um dos expoentes desse pensamento é Martin Wight, que arguiu: “se há uma sociedade internacional, então há um certo tipo de ordem a ser mantida, ou mesmo desenvolvida” (RUDZIT, 2005, p. 299). Dessa forma, depreende-se que a existência de uma sociedade internacional pressupõe a necessidade de uma segurança internacional, de forma a assegurar a ordem entre os Estados.

Utilizando como base a supracitada obra de Hedley Bull, é possível afirmar que a segurança internacional está intrinsecamente atrelada às ações militares; ele cita, em sua obra:

A função da proteção da regra compreende tudo o que os estados podem fazer para criar ou manter as condições do sistema [...] A proteção das regras abrange, antes de mais nada, as ações clássicas da diplomacia e da guerra com as quais os estados procuram preservar o equilíbrio geral do poder no sistema internacional [...]; resolver ou moderar os conflitos de interesse entre os estados; limitar ou controlar os armamentos e as forças armadas tendo em vista os interesses da segurança internacional. (BULL, 2002, p. 88).

Conforme exposto acima, depreende-se que a segurança internacional pressupõe a manutenção de uma ordem internacional, que estaria configurado pelo equilíbrio de poderes que cada Estado emana na comunidade internacional. Tal equilíbrio é atingido mediante a atuação de vários atores do sistema, dentre eles, as Forças Armadas, as quais possuem o fundamental papel de contenção de conflitos e proteção dos princípios cultivados internacionalmente.

Pode-se constatar, portanto, que as decisões tomadas no meio militar, as quais são realizadas pelos seus comandantes, podem impactar ou sofrer influências do cenário mundial. Logo, é favorável para a segurança internacional que o oficial combatente seja estimulado, durante a sua formação, a buscar conhecimentos na complexa área de RI. Em face a esta realidade, torna-se incoerente pensar em prover segurança nacional - missão instituída às Forças Armadas – sem considerar a existência de um volátil sistema internacional, o qual encontra-se regido por regras e interesses das mais diversas origens: política, não-governamental, econômica, social, grupos dissidentes, etc.

Tendo em vista que a segurança é um fenômeno relacional, atualmente, considera-se que não se pode entender segurança nacional de um determinado Estado sem entender o padrão internacional de segurança interdependente em que ele estiver envolvido. Esta lógica nos leva a uma perspectiva holística complicada, pois se a segurança de cada um está relacionada com a segurança de todos, então nada pode ser plenamente entendido sem se compreender a totalidade. [...] Novamente vale lembrar que todos os Estados estão imersos em uma teia global de interdependência de segurança. (RUDZIT, 2005, p. 309).

Logo, evidencia-se que a compreensão dos fatores que levam ao estabelecimento da segurança nacional interdepende do entendimento dos fatores que intervêm na instauração da

segurança internacional. Sendo assim, percebe-se que há uma forte necessidade de se entender sobre segurança internacional para elaborar estratégias de defesa e segurança nacionais.

2.1.2 O Exército Brasileiro em Missões de Paz

O emprego das Forças Armadas em missões de paz coordenadas por organismos internacionais pode ser visualizado como uma forma de projeção de poder de um país perante o cenário internacional. O Brasil encontra-se nessa situação na medida em que participa de missões importantes sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), beneficiando sua política externa e contribuindo para segurança internacional.

O artigo “A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil” apresenta o seguinte viés de entendimento para o tema:

A diplomacia brasileira se orgulha ao reafirmar um acumulado histórico da política exterior nacional, fundamentando em valores e princípios [...] Essa retórica máscara o papel fundamental das forças armadas para a consecução dos objetivos do país. O poder militar brasileiro (*hard power*), além de importante para questões de segurança internacional e defesa, sustenta o esforço de ampliação do papel político internacional, da autonomia e do poder de barganha do país. (ARTIFON, 2017, p. 1, grifo do autor).

É notório o consenso que se tem acerca da importância das Forças Armadas para a política externa, o desenvolvimento, defesa e segurança, tanto no âmbito nacional, como também no internacional. Neste sentido, o Brasil tem participado ativamente em operações de paz, sob a coordenação da ONU, tendo conseguido, em 2004, a posição de comando de uma força militar em missões de maior visibilidade, como a do Haiti. (ARTIFON, 2017).

O Brasil tem interesse em ser influente nas decisões relativas a questões sobre segurança internacional como estratégia para a defesa nacional e, também, no intuito de contribuir para a sociedade internacional. Tal realidade pode ser corroborada no artigo citado anteriormente, quando realiza a seguinte afirmação:

Uma das estratégias brasileiras de engajamento externo tem sido a participação ativa em instituições internacionais. Nesse âmbito, questões como desenvolvimento econômico, direitos humanos e meio ambiente dividem a pauta dos interesses nacionais com questões de segurança. O pleito brasileiro de ator importante em questões de segurança internacional e manutenção da paz é antigo e marcou-se pela ambição de participar permanentemente dos principais fóruns de debate de tais questões. (ARTIFON, 2017, p. 2).

O militar do Exército Brasileiro constitui-se como ator relevante da segurança internacional, posto que é empregado em missões de paz desde o ano de 1967 quando, com o chamado

Batalhão Suez, integrou a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF-1, sigla em inglês) até 1967, para supervisionar um cessar-fogo no Egito. (KENKEL, 2005).

O Brasil apresenta um extenso histórico de atuações em missões de paz, demonstrando como as relações internacionais são gradativamente mais determinantes para escolha de estratégias de defesa e desenvolvimento nacionais. O domínio dessa área requer uma compreensão holística da realidade, principalmente pela velocidade com que a conjuntura mundial evolui e, também, por se tratar de uma área de estudo que engloba inúmeras disciplinas, como, por exemplo, a economia, geopolítica, antropologia e direito.

Somada à multidisciplinaridade inerente à compreensão do tema de segurança internacional, tem-se o fato de que o militar pode ser empregado de variadas formas em operações de paz; ambos os fatos nos permite verificar a imprescindibilidade de haver um conhecimento profundo acerca desse assunto. O trecho a seguir, extraído de um livreto oriundo de debates da Escola Superior de Guerra, no ano de 2015, evidencia a recorrência das atuações militares em operações de paz:

Foram muitas e variadas as participações brasileiras no ambiente onusiano, seja como Assessor Militar em Missões de natureza política; seja como observador militar; seja como Comandante ou Oficial do Estado-Maior da Força de Paz; seja como integrante do DPKO; seja, ainda, integrando contingentes de tropas desdobradas numa operação de paz. Este trabalho, entretanto, enfocará as participações brasileiras em contingentes de tropa por entender que é com essa participação que o País se insere definitivamente como protagonista do Sistema, angariando conhecimento e tendo voz ativa nos temas que lhes são concernentes. (KENKEL, 2005, p. 25).

Tal como é apresentado no trecho supracitado, a participação brasileira com contingentes de tropas reveste-se de expressiva significância e, na medida em que seus integrantes demonstrarem elevado nível de conhecimento nos assuntos que lhe forem atinentes, maior será a projeção brasileira no sistema internacional. Essa situação torna viável a compreensão de que o oficial combatente deve se ater a essas questões não apenas quando estiver prestes a assumir o comando de uma fração, mas principalmente durante seu período de formação na AMAN, haja vista que poderá ser empregado em missões no exterior e, em cada decisão tomada, mesmo que nos níveis hierárquicos mais baixos, deverá haver alinhamento com a política externa de seu país.

Dada a complexidade e incerteza que envolvem a segurança internacional, percebe-se que a construção de um adequado conhecimento acerca do assunto é um desafio que deve ser reconhecido pelos estabelecimentos de ensino que formam os militares combatentes, uma vez que esses atuarão como um dos elementos garantidores da segurança internacional. Para isso, é importante que os militares estejam conscientes dos ofícios que os esperam, sendo indispensável o aprofundamento em documentos nacionais que tratam da elaboração de estratégias políticas de defesa, como é o caso do Livro Branco de Defesa Nacional.

2.1.3 A Segurança Internacional na Política de Defesa do Brasil

A política de defesa, no Brasil, é respaldada por uma série de documentos que versam acerca das estratégias e desafios que o país encontra para o estabelecimento da segurança nacional. Dentre eles, existe o Livro Branco de Defesa, o qual teve a obrigatoriedade de sua elaboração estabelecida na LC 136/2010. Defesa pode ser entendida como um conjunto de ações que promoverá a sensação de segurança (GUERRA, 2015), a segurança, por sua vez, é entendida como um estado de ausência de ameaças que poderiam colocar em risco algo que nos pertence (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2020). A importância do Livro Branco reside no fato de ser um documento que apresenta à sociedade, de forma aberta e transparente, os esforços do governo para prover a segurança nacional.

O Livro Branco é um documento público que confere transparência às atividades do setor de Defesa. Cumpre uma dupla função: de um lado, um exercício fundamental de democracia, [...]; de outro, uma peça de Diplomacia de Defesa, compartilhando e esclarecendo aos nossos vizinhos e parceiros as motivações e finalidades do instrumento militar. (BRASIL, 2016, on-line).

Fazendo uma análise do conteúdo presente no referido documento, é possível entender que o foco para o desenvolvimento da defesa nacional é o envolvimento brasileiro na ordem internacional. Tal realidade é identificada quando o Livro Branco cita que o custo do não engajamento do país para inserção na ordem internacional seria muito maior que o ônus imediato do investimento nos meios necessários para prover a soberania (BRASIL, 2016). Isso porque considera a identificação das ameaças externas como um dos principais pontos para a missão das Forças Armadas: “a defesa do Brasil diante de potenciais ameaças externas continua a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas.” (BRASIL, 2016).

Dentre os assuntos de maior vulto tratados no Livro Branco, a necessidade do Brasil ter suas Forças Armadas em estado de prontidão perante as novas demandas internacionais recebe uma acentuada ênfase, deixando indubitável a ideia de que a segurança internacional é determinante para atingir os objetivos de defesa e segurança nacionais. Isso pode ser comprovado no seguinte trecho:

Um cenário internacional caracterizado por incertezas tem influência direta tanto na definição da política externa brasileira, quanto em sua política de defesa. [...] O Brasil trabalha em prol da construção de uma comunidade global participativa e inclusiva. Empenha-se, para tanto, na promoção de uma ‘multipolaridade cooperativa’, expressão que sintetiza a percepção do País de que uma estrutura mundial de caráter mais multipolar de poder está a consolidar-se no mundo. Nesse ambiente estratégico, a atuação internacional deve primar pela consolidação de mecanismos de governança mais representativos da nova realidade internacional, voltados para a paz e a segurança mundiais e para o bem-estar da humanidade. (BRASIL, 2016, p. 28).

Dessa maneira, torna-se indubitável a ideia de que identificar os fatores, atores e acontecimentos que interferem no estabelecimento da segurança internacional é um dos maiores desafios para o planejamento da defesa nacional. O fato de haver um livro que concentra as estratégias de defesa do Brasil aberto à sociedade demonstra que o debate sobre o assunto encontra-se no escopo da política brasileira, devendo ser fomentada e compreendida pelos agentes responsáveis por promover o atingimento dos objetivos de salvaguardar a soberania brasileira e garantir a projeção internacional do país. Dentre esses agentes, os militares são protagonistas e, por conseguinte, devem tomar conhecimento da visão de defesa planejada no ambiente estratégico atual, uma vez que a ferramenta de concretização de tais objetivos são as Forças Armadas: “Crises internacionais podem surgir à revelia da vontade do País, o que exige um nível adequado de prontidão e modernização de suas Forças Armadas.” (BRASIL, 2016, p. 28).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE MÉTODO

3.1.1 Hipotético-dedutivo

Proposta por Popper (1975), o método hipotético-dedutivo tem como intuito fazer observações e análises de uma determinada realidade, baseando-se em fundamentações teóricas advindas de literaturas específicas relacionadas ao tema, apontando uma problemática encontrada, com vistas a direcionar o objetivo da pesquisa para sua investigação. Fazendo uso de tal método, não ocorre o vislumbre de se chegar a uma solução definitiva para os questionamentos existentes, tendo em vista que não é possível enumerar todas as variáveis do problema, por se tratar de um debate complexo inerente às Ciências Humanas.

Dessa forma, mostrou-se cabível o uso do referido método, tendo sido a hipótese principal do presente trabalho submetida a uma amostra da população-alvo, na forma de perguntas, as quais serão expostas juntamente às suas respectivas respostas posteriormente, no capítulo de Resultados e Discussão. Os dados coletados serviram para fomentar o debate sobre o assunto, visando o contínuo e progressivo aperfeiçoamento do conhecimento buscado.

Segundo o Livro de Iniciação à Pesquisa Científica (IPC) da AMAN, o método hipotético-dedutivo: “é um método de tentativas e eliminação de erros, que não leva à certeza, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado.” (ROESLER et al., 2019, p. 46).

A problemática sugerida pela presente monografia fez jus aos assuntos tratados na AMAN relativos à área de segurança internacional e o reflexo disso no interesse e grau de conhecimento do cadete neste campo de estudos, tendo como ideia principal o fato de o Exército Brasileiro, como instituição que trabalha em favor do Estado e da nação brasileira, ser significativamente impactado com os acontecimentos da sociedade internacional. Seguindo o proposto pelo método hipotético-dedutivo, primeiramente foi importante comprovar a relação do Exército Brasileiro com a segurança internacional, a partir da análise bibliográfico-documental, a fim de elucidar o papel do Exército na conjuntura atual.

Ao reunir ideias e fatos sobre a relevância de se entender a segurança internacional para a missão do Exército, a hipótese de que é importante para o oficial combatente dominar assuntos desse cunho revestiu-se de notável significância, constituindo-se como a tese da presente pesquisa, isto é, uma das soluções possíveis para a problemática proposta. Utilizando-se de alguns instrumentos de coleta de dados, foi possível submeter alguns pontos da problemática abordada a uma amostra do público de cadetes do 3º e 4º anos da AMAN – 158 (cento e cinquenta e oito), sendo-lhes concedidas oportunidades de validar ou refutar a tese, parcial ou totalmente, por meio de um questionário propagado pela ferramenta do *Google Forms*.

Tal como explicitado a respeito do objetivo do método adotado nesta pesquisa, buscou-se

sujeitar uma parte do público-alvo ao teor principal da monografia, com o fim de trazer ideias benéficas à investigação da problemática, “com vistas à progressiva tentativa de aproximação da verdade.” (ROESLER et al., 2019, p. 46). A partir da interpretação das respostas do questionário e da coleta de dados a partir da pesquisa documental da grade curricular dos cadetes, tornou-se possível atingir os objetivos desta pesquisa.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Seguindo as diretrizes propostas pelo Livro de Iniciação à Pesquisa Científica da AMAN, as pesquisas de caráter científico podem ser classificadas segundo três critérios: nível de profundidade do estudo, abordagem e procedimentos utilizados para a coleta de dados (ROESLER et al., 2019). Neste sentido, observou-se que a presente monografia alinha-se aos seguintes tipos de pesquisa, de acordo com cada um daqueles critérios, respectivamente: pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica e documental.

3.2.1 Pesquisa exploratória

De acordo com Köche (2000, p. 126), “o objetivo principal de uma pesquisa exploratória é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer”. Analisando o conceito de variável de uma pesquisa, encontrado no Livro de IPC da AMAN (ROESLER et al., 2019, p. 50), tem-se que as variáveis são definidas como um aspecto ou fator de um objeto de estudo que se busca conhecer, podendo ser suscetíveis à mensuração (LACARTO, 1991). Desse modo, entende-se que o intuito da pesquisa exploratória é conhecer as variáveis de um objeto de estudo que, no caso do presente trabalho, são os fatores que interferem no que se deseja conhecer: o grau de conhecimento do cadete da AMAN sobre segurança internacional.

Neste contexto, percebe-se que existem inúmeras variáveis, por se tratar de um estudo que lida com aspectos subjetivos; portanto, a finalidade foi fomentar reflexões e incentivar mais estudos com enfoque semelhante ao apresentado por este trabalho. Assim, foram selecionadas três variáveis principais, tendo como referência os objetivos do trabalho aqui apresentado: a percepção do cadete acerca do nível de importância das disciplinas de Relações Internacionais, Ética Profissional Militar e Geopolítica para o oficial combatente; o hábito do cadete em ler ou assistir a meios de transmissão de informações e a quantidade de horas-aula das referidas disciplinas na grade curricular do cadete.

Apoiando-se em tal entendimento, a pesquisa buscou explorar as variáveis relacionadas ao tema apresentado pela presente monografia, por intermédio de análises bibliográficas e documentais que versam sobre o papel das Forças Armadas para promoção da segurança internacional.

Tendo como enfoque o Exército Brasileiro e seu oficial combatente em formação, o cadete da AMAN, foi necessário, também, coletar informações dos referidos cadetes por meio de um questionário sobre os reflexos da segurança internacional para as atribuições atuais do

Exército, bem como a percepção que o cadete tem sobre o seu grau de conhecimento nesse campo de estudos.

3.2.2 Pesquisa qualitativa

Conforme mencionado anteriormente, o presente trabalho tem como objeto de estudo um tema complexo e repleto de variáveis. Sendo assim, não foi cabível a aplicação de técnicas estatísticas que mensurassem precisamente as variáveis analisadas; dessa forma, enfatizou-se a interpretação dos resultados com base nos objetivos delimitados.

Portanto, a pesquisa enquadrou-se como qualitativa, na medida em que se alinha às definições apresentadas a seguir:

A pesquisa qualitativa permite descrever a complexidade de um problema, analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais (SOUZA NETO, 2006, p. 54). Esse tipo de pesquisa [...] tem como principal objetivo conhecer as percepções dos sujeitos pesquisados acerca de uma situação-problema. O pesquisador deve dar uma maior atenção às pessoas e às suas ideias, procurando entender e interpretar dados e discursos. (ROESLER et al., 2019, p. 57)

Portanto, pautando-se nas diretrizes descritas acima, em relação à abordagem na interpretação dos dados coletados e das bibliografias e documentos revisados neste trabalho, é possível inferir que se realizou uma pesquisa do tipo qualitativa.

3.2.3 Pesquisa bibliográfico-documental

Para embasar a argumentação do presente estudo, foram trazidas algumas contribuições científicas que versam a respeito do tema desta pesquisa, presentes em artigos, livros, manuais, meios eletrônicos (ROESLER et al., 2019). Assim, caracterizou-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, que, segundo Köche (2000, p. 122), pode apresentar as seguintes finalidades: “a) para ampliar o grau de conhecimento em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa.”

Foram analisados, também, os Planos de Disciplina (PLADIS) das seguintes Cadeiras de Ensino: Relações Internacionais (RI), Ética Profissional Militar (EPM) e Geopolítica, as quais são ministradas nos dois últimos anos de formação da AMAN. Assim, por serem documentos oficiais do curso de formação da AMAN, pode-se afirmar que a pesquisa, em relação aos procedimentos adotados para coleta de dados, assumiu um caráter documental, também.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

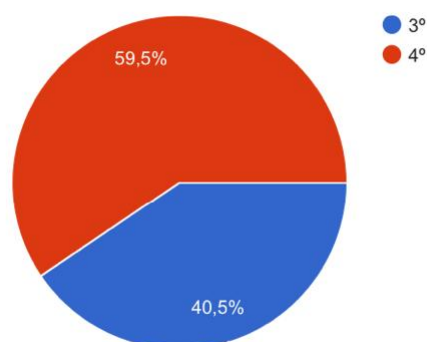
O principal instrumento de coleta de dados utilizado pela presente pesquisa foi o questionário, que, para Chizzoti, tem a seguinte definição:

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito [...] sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. (CHIZZOTTI, 2000, p. 35)

À vista disso, elaborou-se um questionário através da ferramenta digital do *Google Forms*, tendo sido disseminado via internet aos cadetes do 3º e 4º anos referentes ao ano letivo de 2020. O universo escolhido para este fim justifica-se pelo fato de os referidos anos já terem cumprido as disciplinas que trataram de assuntos correlatos à área de segurança internacional – RI, EPM e Geopolítica. A fim de garantir que as perguntas fossem respondidas por cadetes, para iniciar o questionário era necessário registrar o endereço de *e-mail*.

O efetivo total da turma do 3º ano de 2020 era de 430 cadetes e, o do 4º ano, 439. Ambos os valores não incluem os Cadetes de Nação Amiga. O total de cadetes respondentes foi 158, sendo 94 do 4º e 64 do 3º. (Figura 1).

Figura 1 – Gráfico referente à pergunta: O(a) senhor(a) encontra-se em qual ano da AMAN?

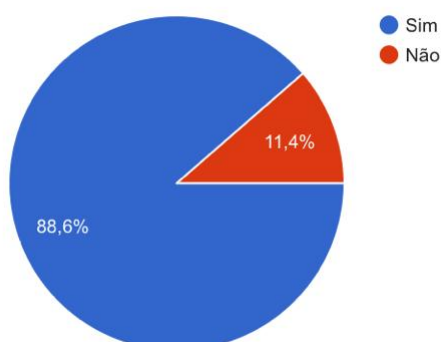


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As perguntas feitas no referido questionário tiveram como intuito verificar a percepção que o cadete da AMAN tem sobre a importância do conhecimento a respeito da segurança internacional para o exercício do papel do oficial combatente. Algumas perguntas estão expostas no texto, juntamente às suas respectivas respostas, na forma de gráficos. A título de conhecimento, os demais gráficos encontram-se no Apêndice A.

Perguntado se o cadete recordava-se de ter estudado assuntos relativos à segurança internacional em alguma disciplina, 18 respostas foram negativas, correspondendo a 11,4% do total de cadetes respondentes (Figura 2). Entretanto, observando-se o PLADIS da disciplina de RI, constata-se que existe um assunto específico denominado “Segurança Internacional: atores e temas relevantes” (Anexo A), para o qual são destinadas 4 horas-aula, de um total de 40 horas-aula (10%). Além disso, existem outros assuntos correlatos à segurança internacional, presentes no PLADIS de RI, como: “Direito Internacional: fontes, fundamentos, direitos e deveres dos Estados, sanções, asilo e refúgio” – 4 horas-aula; “organismos internacionais: estrutura, ONU” – 2 horas-aula; “Missões de Paz” – 4 horas-aula; “Política Externa: Histórico; Fundamento; Tipologia e Paradigmas” – 4 horas-aula; “Defesa Nacional: PND, END e Livro Branco” – 4 horas-aula (Anexo A). Totaliza-se, portanto, a quantidade de 22 horas-aula destinadas à abordagem de assuntos relacionados ao tema da segurança internacional, constituindo-se, então, como 55% da carga-horária referente à disciplina de RI, isto é, mais de metade de seu conteúdo.

Figura 2 – Gráfico referente à pergunta: Recorda-se de ter estudado, em alguma disciplina, assuntos relativos à segurança internacional?



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

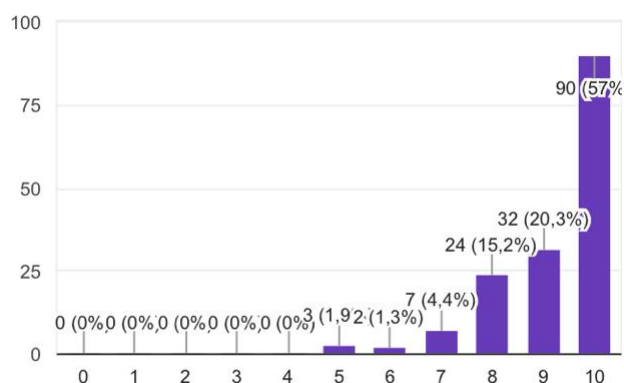
Nas matérias de EPM e Geopolítica, também, são abordados os seguintes assuntos, os quais estão fortemente atrelados à área de segurança internacional: “a tutela internacional dos DH”; “Direito Internacional dos Conflitos Armados” (Anexo C); “projeção geopolítica brasileira”; “América do Sul – focos de tensão”; “áreas internacionais de interesse”. (Anexo B).

Percebe-se, dessa maneira, que o índice de assimilação mínima dos assuntos conexos ao tema da segurança internacional, embora sejam amplamente explorados nas supracitadas disciplinas, não é total. Tal fato evidencia que existe uma deficiência na compreensão desses assuntos por alguns cadetes, sendo interessante, portanto, que haja um contínuo aprimoramento dos métodos de ensino, bem como a ampliação da carga-horária dessas matérias.

Ao avaliar as respostas da 3ª pergunta, verifica-se que a maior parte da amostra de cadetes considera as disciplinas de RI, EPM e Geopolítica imprescindíveis para o exercício das

competências do oficial combatente (90 respostas para o grau máximo, dentro da escala de 0 a 10 proposta – Figura 3). É notório, portanto, que os cadetes apresentam uma percepção adequada acerca da extrema importância desse assunto para o oficial combatente, constituindo-se como um fato positivo diante do contexto globalizado em que vive o Exército Brasileiro, e considerando os desafios de política de defesa provenientes do mesmo.

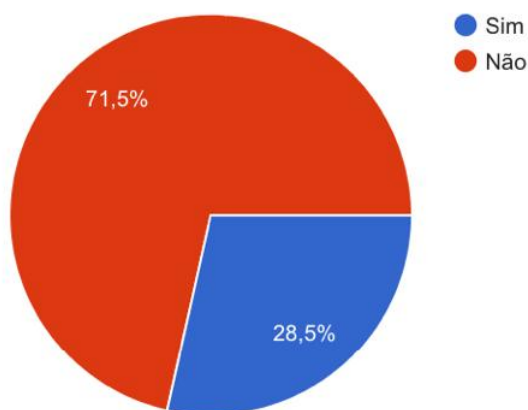
Figura 3 – Gráfico referente à pergunta: De uma escala de 0 a 10, defina o quão importante considera que as disciplinas de Relações Internacionais, Ética Profissional Militar e Geopolítica têm para o exercício das competências de um Oficial Combatente, em face à conjuntura atual.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A 4ª pergunta traz uma questão importante para avaliar o cumprimento dos objetivos das disciplinas aqui tratadas, bem como averiguar o desenvolvimento das competências propostas pelos PLADIS das mesmas. Perguntado se o cadete considera-se suficiente detentor de conhecimento para falar sobre as principais questões atuais que afetam o emprego e preparo do Exército, obteve-se 113 respostas negativas; isto é, aproximadamente 72% da amostra aponta que não possui conhecimento suficiente para identificar os desafios internacionais atuais que refletem no preparo e emprego do Exército Brasileiro. (Figura 4).

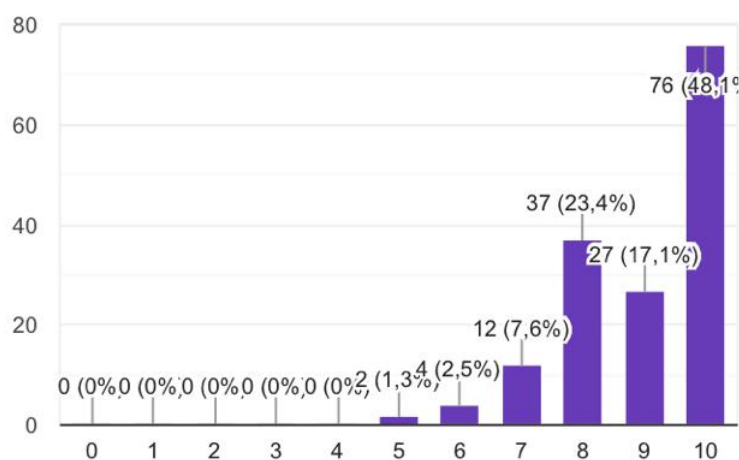
Figura 4 – Gráfico referente à pergunta: Considera-se suficiente detentor de conhecimentos das supracitadas matérias para discorrer acerca das principais questões internacionais atuais atinentes ao preparo e emprego do Exército Brasileiro?



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em contrapartida, mais da metade da amostra possui a visão de que a segurança internacional exerce grande influência sobre a segurança nacional (Figura 5). Constata-se, portanto, que dentre os respondentes, ocorre uma percepção correspondente à realidade: a interdependência entre a segurança internacional e nacional, corroborando com a tese desta pesquisa.

Figura 5 – Gráfico referente à pergunta: Considerando que um dos pilares da missão do Exército é a garantia da segurança nacional, defina, em sua visão, o grau de influência que a segurança internacional exerce sobre a segurança nacional.

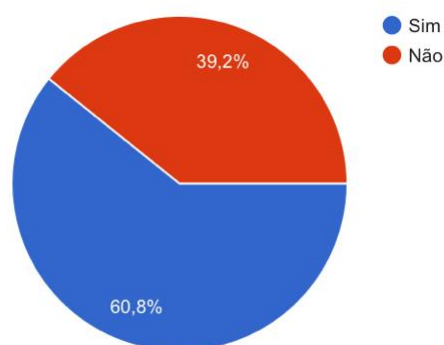


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na contemporaneidade, uma das fontes que podem nos fornecer informações sobre

os acontecimentos externos ao país são os meios de veiculação de informação, quais sejam: noticiários televisivos, revistas, aplicativos de notícias, jornais. Ao serem estimulados a refletir sobre o hábito de ler notícias, 62 cadetes (39,2%) responderam que não possuem o referido hábito, e 96 afirmaram que o possuem (60,8%), conforme pode ser observado na Figura 6. Analisando as respostas a essa pergunta e associando-as ao desconhecimento que alguns cadetes possuem acerca do tema de segurança internacional, pode-se tornar alvo de investigação, para futuras pesquisas, se estímulos à leitura de atualidades, por parte das três disciplinas enfatizadas nesta pesquisa, poderiam contribuir para melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Figura 6 – Gráfico referente à pergunta: Possui o hábito de ler notícias ou assistir a meios de transmissão de comunicações?



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Não é possível generalizar os resultados desse questionário para todo o efetivo de cadetes, uma vez que a amostra não é expressiva, se comparada à totalidade dos cadetes do 3º e 4º anos. Todavia, pretendeu-se incrementar à presente pesquisa a visão dessa amostra de cadetes, como forma de contribuir para futuros estudos e trabalhos científicos que visem a melhoria dos processos didáticos de ensino das matérias em pauta.

De acordo com os PLADIS de Geopolítica e RI do ano de 2020, a unidade de competência buscada por essas cadeiras foi a seguinte: “Planejar e conduzir o emprego de frações em Operações Convencionais, Não-Convencionais, de Segurança Integrada, de Manutenção da Paz e em Ações Subsidiárias” (Anexos A e B). O PLADIS de EPM, por sua vez, traz a seguinte unidade de competência: “atuar, dentro de uma visão sistêmica, na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional, ambiental” (Anexo C). A intenção das referidas disciplinas corrobora, portanto, com a hipótese desta pesquisa, na medida em que pretende desenvolver competências atreladas ao tema da segurança internacional, partindo do pressuposto de que o oficial combatente, no momento atual, é empregado de forma recorrente em missões de paz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao dispor, neste trabalho, dispositivos constitucionais, legais e institucionais relacionados à missão do Exército Brasileiro, foi possível verificar que a concepção das Forças Armadas está estreitamente associada a acontecimentos externos, uma vez que estes podem refletir na segurança do país, ameaçando sua soberania. Dessa forma, observando a importância que a legislação brasileira dá às relações exteriores ao Brasil, reforça-se a ideia de que, na época em que vivemos, não é possível tratar de políticas de segurança e defesa nacionais sem se ater aos aspectos sociais, políticos, econômicos e militares que norteiam as interações entre os Estados.

Aprofundando-se nas teorias sobre as Relações Internacionais que dizem respeito ao conceito de segurança internacional, obteve-se o entendimento de que, atualmente, as nações vivem em uma espécie de sociedade internacional, a qual é integrada, sobretudo, por Estados. A necessidade de manutenção e sustentabilidade do sistema sobre o qual essa sociedade se assenta reflete na necessidade de todos os Estados se preocuparem com a segurança dessa sociedade internacional, implementando políticas estratégicas de defesa que considerem a teia global na qual suas nações estão inseridas. Logo, verificou-se uma forte interdependência entre a segurança interna dos Estados e a segurança sob a perspectiva internacional.

Percebeu-se, ao longo da presente pesquisa, que o emprego do Exército Brasileiro em missões de paz, sob a coordenação de organismos internacionais, tem apresentado um expressivo crescimento ao longo dos anos. Esse crescente emprego tem se mostrado como uma importante ferramenta de engajamento internacional, extremamente benéfica à política externa brasileira, configurando, portanto, que o Exército é um importante instrumento para o estabelecimento do Brasil como ator internacional relevante.

Em face à percepção de que o Exército é um forte disseminador da influência brasileira nos assuntos internacionais referentes à segurança internacional, pode-se depreender que o domínio do tema, por parte dos futuros líderes militares – os cadetes da AMAN – seria de grande valia para a realização de estudos e pesquisas na área de segurança e defesa. Além disso, tal domínio é fundamental, também, para transmitir a mentalidade do nível estratégico – em que se realiza o planejamento das ações – para o nível tático, onde as ações são de fato executadas, haja vista que o nível tático desempenha suas funções em prol dos objetivos do nível político-estratégico.

Apesar da magnitude que tem a segurança internacional para o planejamento de política de defesa do país e, por conseguinte, do emprego e preparo do Exército, ainda é notória a deficiência que se tem acerca da assimilação desse tema, por parte de alguns cadetes da AMAN, conforme verificado no questionário realizado. Depreende-se, portanto, que é de eficiente aplicabilidade para as disciplinas de RI, EPM e Geopolítica, a existência de contínuos aprimoramentos dos processos de ensino-aprendizagem, com o fim de atender à desafiadora intenção de promover a construção das competências às quais as referidas disciplinas objetivam

desenvolver no cadete.

Por fim, é interessante para área que se investigue, também, a relação do acompanhamento dos acontecimentos mundiais pelos cadetes, por meio dos meios de veiculação de notícias, e a eficiência no desempenho acadêmico nas disciplinas tratadas neste trabalho. Dessa forma, será possível verificar se o aumento de horas-aulas destinadas ao debate sobre questões atuais seria interessante para desenvolver nos militares o reflexo de se informarem sobre as atualidades e desafios na área de segurança e defesa.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Relações Internacionais**. Resende, 2020. Nota de aula utilizada na disciplina de Relações Internacionais lecionada na AMAN.
- ARTIFON. **A Importância das Missões de Paz para a Estratégia de Inserção Internacional do Brasil**. Resende: [s.n.], 2017. Artigo publicado no Congresso Acadêmico da Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/a_importancia_das_missoes_de_paz_para_a_estrategia_de_insercao_internacional_do_brasil.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. [S.l.], 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas**. [S.l.], 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_142_.asp>. Acesso em: 19 maio 2020.
- _____. **Dos Direitos e Garantias Fundamentais**. [S.l.], 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 19 maio 2020.
- _____. **Dos Princípios Fundamentais**. [S.l.], 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_4_.asp>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Manual de Operações de Paz**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md34a_ma_02a_manuala_opa_paza_3eda_2013.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **O Exército Brasileiro**. 1. ed. Brasília, 2014.
- BULL, H. **A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial**. 1. ed. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. [S.l.: s.n.], 2000.
- GUERRA, E. S. de. A Participação do Brasil nas Forças de Paz da ONU: Situação Atual e Perspectivas Futuras. In: **Palestras**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.
- HEMINGWAY, E.; LOBATO, J. B. M. **Adeus às armas**. [S.l.]: Editoria Associados, 1954.
- KENKEL, M. **A participação do Brasil nas Forças de Paz da ONU: situação atual e perspectivas futuras**. [s.n.], 2005. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/a_participacao_d_o_brasil_nas_forcas_de_paz.pdf>. Acesso em: 19 maio. 2020.
- KÖCHE, J. **Fundamentos da metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. [S.l.: s.n.], 2000.

LACARTO, M. **Fundamentos da metodologia científica**. [S.l.: s.n.], 1991.

POPPER, K. La ciencia normal y sus peligros. In: LAKATOS; MUSGRAVE. **La crítica y el desarrollo del conocimiento**, Grijalbo, Barcelona, 1975.

ROESLER, R.; BARBOSA, G. E. da C.; ALMEIDA, A. M. de; MARTINS, J. C. L.; PINHO, M. S. de; MONTEIRO, D. S. S. **Iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. [S.l.: s.n.], 2019.

RUDZIT, G. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?** Porto Alegre: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/5/1598>>. Acesso em: 19 maio. 2020.

SALAMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasil, p. 59, 2013.

SOUSA, R. G. **História do mundo**. 2020. Disponível em: <<https://m.historiadomundo.com.br/amp/artigos>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ANEXO A – PLADIS de Relações Internacionais e Defesa

Curso/Seção: DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE ENSINO A
Disciplina: RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DEFESA
Ano: 2019

COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Comandar frações em situações de Guerra e de Não-Guerra integrado às Funções de Combate.
UNIDADE DE COMPETÊNCIA: Planejar e conduzir o emprego de frações em Operações Convencionais, Não-Convencionais, de Segurança Integrada, de Manutenção da Paz e em Ações Subsidiárias.
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIAS: Atuar em Operações com características Especiais Atuar em Operações Conjuntas Atuar em Operações Interagências Atuar em Operações Multinacionais Atuar em Operações sob a Égide de Organismos Internacionais

UD I: Sistema Internacional	Cg H: 12		OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. Teoria e História das Relações Internacionais	4	--	. Analisar e correlacionar situações inerentes à política entre Estados e agir dentro dos limites da legalidade e da legitimidade de normas nacionais e internacionais (Carta da ONU, Constituição Federal do Brasil e outras). (CONCEITUAL). ET: ANÁLISE. COMPARAÇÃO. RACIOCÍNIO DEDUTIVO. RESPONSABILIDADE.
b. Segurança Internacional: atores e temas relevantes	4	--	. Analisar e correlacionar situações inerentes à Segurança Internacional e agir dentro dos limites da legalidade e da legitimidade de normas nacionais e internacionais (Carta da ONU, Constituição

UD II: Sociedade Internacional	Cg H: 14		OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. Direito Internacional: fontes; fundamentos; direitos e deveres dos Estados; sanções; asilo e refugio.	4	---	. Compreender e correlacionar situações relativas à interação entre Estados e Organismos Internacionais, na busca da paz e da segurança internacional, para interpretar o contexto e agir dentro dos limites da legalidade e da legitimidade de normas nacionais e internacionais (Carta da ONU, Constituição Federal do Brasil e outras). (CONCEITUAL) ET: ANÁLISE. COMPARAÇÃO. RACIOCÍNIO DEDUTIVO. RESPONSABILIDADE.
b. Organismos internacionais: estrutura; ONU	2	---	Compreender a estrutura e o funcionamento dos principais Organismos Internacionais ligados à segurança, segundo procedimentos e regras dessas instituições. (CONCEITUAL). ET: ANÁLISE. COMPARAÇÃO. RACIOCÍNIO DEDUTIVO. RESPONSABILIDADE
c. Missões de Paz	4	---	Compreender a estrutura e o funcionamento dos principais Organismos Internacionais ligados à segurança, a fim de participar de Operações de Paz, segundo procedimentos e regras dessas instituições e das Op F Paz.. ligados à segurança, segundo procedimentos e regras dessas instituições. (PROCEDIMENTAL) ET: ANÁLISE. COMPARAÇÃO. RACIOCÍNIO DEDUTIVO. RESPONSABILIDADE. ORGANIZAÇÃO.

UD III: Política Externa e Defesa	Cg H: 14		OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. Política Externa: Histórico; Fundamentos; Tipologia e Paradigmas.	4	---	. Compreender os fundamentos da política externa brasileira, de acordo com a Constituição e legislação vigente, para analisar o posicionamento do Estado brasileiro ao longo da História; . Relacionar o tipo e o paradigma da política externa adotada pelo Estado brasileiro com o contexto histórico, nacional e internacional, para compreender variáveis que influenciam no relacionamento internacional; (CONCEITUAL). ET: ANÁLISE. COMPARAÇÃO. RACIOCÍNIO DEDUTIVO. RESPONSABILIDADE.
b. Defesa Nacional: PND; END e Livro Branco	4	---	Analisar documentos normativos brasileiros referentes em especial do Exército conforme suas missões constitucionais e legais. à Defesa Nacional, para compreender a postura do Estado brasileiro no contexto internacional e o papel das Forças Armadas, (PROCEDIMENTAL) ET: ANÁLISE. COMPARAÇÃO. RACIOCÍNIO DEDUTIVO. RESPONSABILIDADE. ORGANIZAÇÃO

ANEXO B – PLADIS de Geopolítica

PLANO DE DISCIPLINA 2020

GEOPOLÍTICA

COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Comandar frações em situações de Guerra e de Não-Guerra integrado às Funções de Combate.
UNIDADE DE COMPETÊNCIA: Planejar e conduzir o emprego de frações em Operações Convencionais, Não-Convencionais, de Segurança Integrada, de Manutenção da Paz e em Ações Subsidiárias.
ELEMENTOS DE COMPETÊNCIAS: Atuar em Operações com características Especiais Atuar em Cooperação com o Desenvolvimento Nacional Atuar em Operações Conjuntas Atuar em Operações Interagências Atuar em Operações Multinacionais Atuar em Operações sob a Égide de Organismos Internacionais

UD IV: América do Sul	Cg H: 06		OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. Subdivisões Regionais b. Processos de Integração	02	-	Avaliar e discutir as iniciativas de integração regional atuais e/ou pretéritas, a fim de analisar a inserção do subcontinente na Divisão Internacional do trabalho (DIT) e as alternativas para alcançar o desenvolvimento socioeconômico e a estabilidade política. (CONCEITUAL). ET: RACIOCÍNIO DEDUTIVO. ANÁLISE.
c. Espaços Estratégicos do Subcontinente d. Focos de Tensão	04	-	Reconhecer e analisar os espaços estratégicos do subcontinente, de acordo com as subdivisões regionais tradicionais, com a finalidade de discutir os principais focos de tensão existentes e sua influência na integração e na paz regional. (FACTUAL).

UD V: Áreas Internacionais de Interesse	Cg H: 16		OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. América do Norte e América Central	04	-	Compreender e descrever as características das áreas internacionais de interesse, bem como sua importância geoestratégica, à luz dos métodos de análise do poder, identificando os seus principais focos de tensão e discutindo as possíveis relações entre as áreas estudadas e a política externa do Brasil. (PROCEDIMENTAL. CONCEITUAL). ET: ORGANIZAÇÃO. ANÁLISE. COMPARAÇÃO.
b. Europa, Ásia Central e Federação Russa	04	-	
c. África e Oriente Médio	04	-	
d. Bacia do Pacífico e Subcontinente Indiano	04	-	

ANEXO C – PLADIS de Ética Profissional Militar com ênfase na temática Direitos Humanos



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
(Academia Real Militar/1811)
PLANO DE DISCIPLINA
ÉTICA PROFISSIONAL MILITAR COM ÊNFASE NA TEMÁTICA DIREITOS HUMANOS**

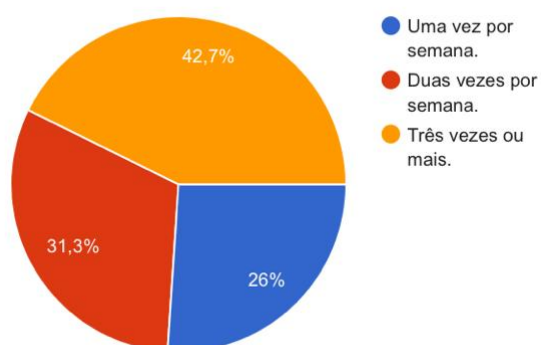
Curso/Seção: Cadeira de Direito
Disciplina: Ética Profissional Militar com ênfase na temática Direitos Humanos
Ano: 3º ano
COMPETÊNCIA PRINCIPAL: comandar frações em situação de guerra, integrado aos sistemas operacionais; comandar frações em situação de não-guerra.
UNIDADE DE COMPETÊNCIA: - Atuar, dentro de uma visão sistêmica, na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional, ambiental.

UD II: A TUTELA INTERNACIONAL DOS DH	Cg H: 12		OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. A tutela legal internacional dos DH.	2		- Compreender os fundamentos da tutela legal internacional dos DH. (CONCEITUAL) ET – HONESTIDADE, JULGAMENTO MORAL
b. A recepção dos atos internacionais pelo sistema jurídico brasileiro. 1) O papel do Ministério das Relações Exteriores (MRE); 2) Atos internacionais; 3) A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados; 4) A tramitação dos atos Internacionais e a sua internalização ao sistema jurídico nacional.			- Identificar o papel do MRE na recepção dos atos internacionais pelo sistema jurídico brasileiro. (FACTUAL) - Definir ato internacional. (CONCEITUAL) - Avaliar a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados como instrumento legal regulador da recepção dos atos internacionais pelos Estados. (CONCEITUAL) - Compreender o processo de tramitação dos atos Internacionais e a sua internalização ao sistema jurídico nacional. (CONCEITUAL) - Distinguir, no processo de tramitação e internalização dos atos internacionais ao sistema jurídico nacional, a singularidade com que a Constituição Federal contempla os atos internacionais de direitos humanos, segundo seus parágrafos 2º e 3º, do art. 5º. (CONCEITUAL)

UD IV: DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS (DICA/DIH)	Cg H: 16		OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL
ASSUNTOS	D	N	
a. Introdução ao DICA/DIH. 1) Evolução histórica; 2) Conceito, natureza jurídica e finalidades do DICA/DIH; 3) Fontes do DICA/DIH; 4) As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana: DIDH, DICA/DIH e Direito dos refugiados; 5) As diferenças entre DIDH e DICA/DIH; 6) O Brasil e o DICA/DIH: aspectos da internalização do DICA/DIH ao ordenamento jurídico brasileiro, os atos internacionais em vigor no Brasil, e os deveres jurídicos do Brasil como signatário dos atos internacionais do DICA/DIH ; 7) O Direito de Haia, o de Genebra, o de Nova York e o de Roma: caracterização, principais atos internacionais e aspectos mais relevantes;	2		- Descrever a evolução histórica do DICA/DIH. (CONCEITUAL) - Apresentar o conceito, a natureza jurídica e a finalidade do DICA/DIH. (CONCEITUAL) ET – JULGAMENTO MORAL - Citar as fontes do DICA/DIH. (FACTUAL) - Identificar as três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana. (FACTUAL) ET – JULGAMENTO MORAL - Distinguir DIDH de DICA/DIH. (CONCEITUAL) ET – JULGAMENTO MORAL - Compreender: os aspectos da internalização do DICA/DIH ao ordenamento jurídico brasileiro e os deveres jurídicos do Brasil decorrentes dos atos internacionais de DICA/DIH dos quais é signatário. (CONCEITUAL) ET – JULGAMENTO MORAL - Identificar os atos internacionais de DICA/DIH em vigor no Brasil. (FACTUAL)

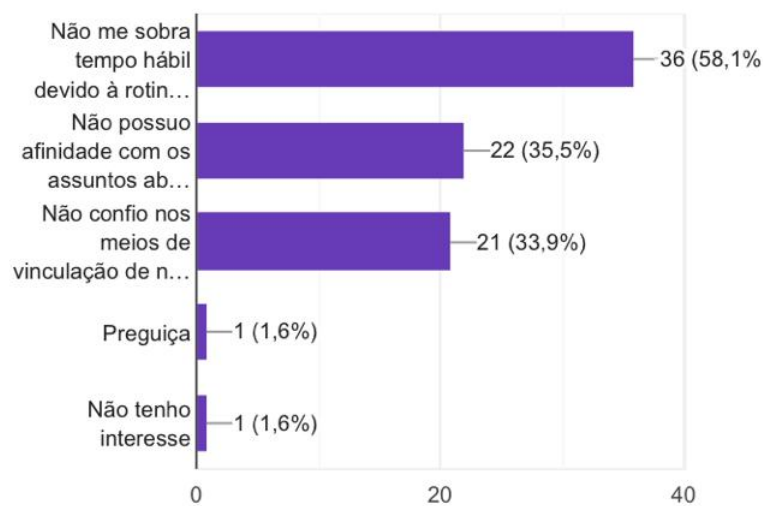
APÊNDICE A – Gráficos elaborados durante a pesquisa

Figura 7 – Gráfico referente à pergunta: Marque com que frequência pratica esse hábito.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Figura 8 – Gráfico referente à pergunta: Marque os possíveis motivos pelos quais não possui o referido hábito.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).